

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.496.149 - SP (2019/0124307-2)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : ALDA APARECIDA DOS SANTOS
ADVOGADOS : JUCENIR BELINO ZANATTA - SP125881
ADÉLCIO CARLOS MIOLA - SP122246
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **ALDA APARECIDA DOS SANTOS** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 239):

Recurso de apelação interposto pela obreira conhecido. Presença dos requisitos legais.

Acidentária. Auxiliar Administrativa. LER/DORT em membros superiores e fibromialgia. Segundo laudo pericial conclusivo, escoreito e negativo.

Ausência de comprovação de nexo de causalidade. Sentença de procedência. Reforma. Recurso voluntário da autora improvido.

Reexame necessário provido para desacolher a pretensão inicial e julgar improcedente a ação judicial, com base no art. 487, inciso I, do CPC/2015.

Nas razões do apelo especial, a recorrente aponta violação ao art. 86, **caput**, da Lei 8.213/91, afirmando que "*juntou aos autos documentos sólidos e confiáveis que comprovam com exatidão que as moléstias que possui a mesma só foram geradas em decorrência do labor agressivo de que era submetida diariamente*" (fl. 249).

Aduz que "*a requerente fora constantemente submetida ao labor agressivo durante toda sua jornada de trabalho durante longos anos, com excesso de movimentos repetitivos, enquanto realizava suas funções na empresa em que prestava serviços, posto que se submetia a demasiados esforços acumulativos com digitação e atendimento simultâneo de diversos telefonemas diariamente, ou seja, sempre realizando movimentos repetitivos, vindo por conseguinte a ser portadora de mazelas em membros superiores*" (fl. 249).

Alega que "*as provas acostados aos autos foram contundentes em*

comprovar o nexo etiológico das moléstias diagnosticadas nos autos, tanto como por provas documentais, tal como por provas periciais, uma vez que constatarem a incapacidade suportada pela recorrente como sendo parcial e permanente, conforme se depreendendo segundo laudo pericial, inclusive existência de nexo etiológico entre as moléstias com a atividade laborativa desempenhada pela recorrente consoante se depreende do primeiro laudo pericial acostado aos autos, assim, preenchidos os requisitos, é de direito a concessão de benefício acidentário" (fl. 250).

Devidamente intimado, o INSS não apresentou contrarrazões a recurso especial, conforme certidão de fl. 255.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Inicialmente, é importante ressaltar que o juiz não está adstrito às conclusões da perícia técnica, podendo se pautar em outros elementos de prova aptos à formação de seu livre convencimento, estando autorizado a concluir pela incapacidade laborativa, fundado no conjunto probatório produzido nos autos e nas particularidades do caso concreto.

No caso concreto, o Tribunal **a quo**, ao examinar o conjunto fático-probatório dos autos, considerou que a parte autora não logrou comprovar o cumprimento de um dos requisitos legalmente exigidos à concessão do benefício acidentário, nos seguintes termos (fls. 243/244):

Nesse contexto, vejo que a obreira não preenche os requisitos necessários para a obtenção do benefício postulado, pois, apesar de ser portadora de incapacidade laboral parcial e permanente, no caso, não resultou comprovado o imprescindível nexo de causalidade.

Aliás, competia à obreira comprovar o fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 373, inciso I, do CPC/2015, o que neste caso, indubitavelmente, não aconteceu.

A impugnação apresentada pelo patrono da autora não deve prevalecer porque carece de elementos suficientes para descaracterizar o laudo pericial realizado em segunda instância, que pelo rigor técnico-científico deve, pois, subsistir.

Ao que se observa, ao consignar a inexistência do nexo de causalidade,

requisito exigido à concessão do benefício acidentário, o acórdão fundou-se no contexto fático dos autos. Dessa forma, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo de fatos e de provas constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE JULGADO IMPROCEDENTE PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM EM RAZÃO DO NÃO RECONHECIMENTO DO NEXO CAUSAL E DA INCAPACIDADE LABORAL DA PARTE AUTORA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...).

3. In casu, o Tribunal a quo, soberano na análise fático-probatória da causa, confirmando a sentença, julgou improcedente o pedido inicial por entender que a moléstia não afeta de modo parcial e definitivo a capacidade laborativa da autora, nem tem nexo causal com a atividade por ela exercida.

4. A alteração dessa conclusão, na forma pretendida, demandaria necessariamente o incursão no acervo fático-probatório dos autos, a fim de verificar se o autor encontra-se incapacitado para o trabalho. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial.

(...)

7. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.378.370/PR, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 16/12/2014).

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. DISACUSIA. INEXISTÊNCIA DE REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. REVISÃO DA CONCLUSÃO ADOTADA NA ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Conforme decidido pela 3ª Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial 1.095.523/SP, admitido como representativo da controvérsia (art. 543-C do CPC), "estando presentes os requisitos legais exigidos para a concessão do auxílio-acidente com base no art. 86, § 4º, da Lei n.º 8.213/91 - deficiência auditiva, nexo causal e a redução da capacidade laborativa -, não se pode recusar a concessão do benefício acidentário ao Obreiro, ao argumento de que o grau de

disacusia verificado está abaixo do mínimo previsto na Tabela de Fowler" (REsp 1.095.523/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe de 05/11/2009).

II. No caso, contudo, o Tribunal de origem analisou as provas dos autos, notadamente a perícia médica, e concluiu pela inexistência, ainda que mínima, de redução da capacidade laborativa, provocada pela disacusia bilateral, negando o benefício de auxílio-acidente ao ora agravante.

III. Diante desse quadro, a inversão do julgado, para se concluir pela eventual existência dos requisitos para a concessão do auxílio-acidente - como pretende o recorrente -, demandaria incursão na seara fático-probatória dos autos, inviável, na via eleita, a teor do enunciado 7 da Súmula do STJ.

IV. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 342.174/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/05/2014, DJe 28/05/2014)

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA

Relator